

Transcrição

Excertos da Acta da Câmara Municipal da Lourinhã

Sessão ordinária de 3 de novembro de 1914

(Livro nº 13, fols. 31 – 37)

“ (...)

Aos tres dias do mês de novembro de mil novecentos e catorze nesta vila da Lourinhã e nos Paços do concelho se reuniram em sessão ordinaria o presidente da Camara Municipal deste mesmo Concelho, Alfredo Manuel Candeira e os vereadores António Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, João Maria da Silva Marques, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim José Bordalo, José Narciso, José do Nascimento Neves, José da Silva Henriques Cordeiro e Pedro Marques de Carvalho, faltando os vereadores Antonio Maria da Silva, António Vieira Junior, Francisco Maria Pereira Marques, Joaquim Henriques Horta d' Almeida, José António Custódio Neves e Silvano Marcelino, por motivo justificado, o presidente, em nome da lei, abriu a sessão. (...) Seguidamente procedeu-se á leitura do

Orçamento ordinário para 1915

Finda esta, foi discutida verba por verba toda a receita, fazendo-se a aprovação por capitulos, tendo previamente sido informado pelo chefe da secretaria que a receita em discussão fôra calculada pela média da cobrada nos últimos três anos, em vista da respectiva cobrança ser muito variavel, cumprindo-se assim a letra do artigo sessenta e dois da lei administrativa de sete d'agosto de mil novecentos e trese. Da respectiva discussão resultou ter sido a receita aprovada tal qual se achava exarada no documento em aprovação e cuja soma total é de onse mil tresentos e cincoenta escudos e cincoenta e um centavos.

Entrando-se em acto continuo na discussão da despesa do mesmo orçamento votou-se verba por verba, com ³² a aprovação por capitulos, pelo que resultou ficarem por unanimidade aprovadas todas as suas verbas, com excepção da destinada á iluminação do logar do Reguengo Grande, que foi elevada de sessenta a oitenta escudos; da destinada á arborisação de baldios e outros terrenos municipais que se elevou de oitenta a cento e vinte escudos; e da destinada à reparação da estrada municipal desta vila ao Vimeiro, que passou de cincoenta para cem escudos. Para faser face a estes aumentos de verbas redusiram as destinadas a pleitos em que a Camara tenha de intervir, que passou de cem para oitenta escudos; e a despesas imprevistas que baixou de sessenta e cinco escudos e oitenta centavos a quarenta e cinco escudos e oitenta centavos, e eliminaram-se por desnecessárias as destinadas a alinhamentos e letreiros das ruas na importancia de vinte escudos e a reparação e conservação da estrada desta vila ao Nadrupe, na quantia de cinquenta escudos.

Com estas pequenas alterações ficou aprovado o orçamento ordinario da receita e despesa para o ano civil de mil novecentos e quinze, documento que está confeccionado de perfeita harmonia com as disposições do artigo sessenta e quatro da referida lei e de conformidade com o artigo sessenta e seis da mesma lei, orçamento ^{32v} este que fôra organizado e proposto pela Comissão Executiva desta Camara em sua sessão de vinte e seis d'outubro findo, como se vê do officio numero duzentos setenta e seis de vinte e sete deste mesmo mês.

Na discussão deste orçamento cumpriu-se o que determina o paragrafo unico do artigo cem da mencionada lei:

Deliberações

Pelo vereador João Marques foi dito desejar saber quais as importâncias gastas nas reparações das estradas de São Bartolomeu ao Paço e desta vila ao Vimeiro. E sendo informado pelo vereador José do Nascimento Neves, com respeito á estrada de São Bartolomeu, que a despesa ali feita e paga pelo cofre municipal, não ia alem de trinta escudos e pelo vereador Cordeiro que a despesa paga com os reparos na estrada do Vimeiro não chegava a sessenta escudos, deu-se por satisfeito com estas informações.

Nesta altura entrou na sala o cidadão Calixto Armindo, professôr oficial do primeiro lugar da escola do sexo masculino desta vila, que vinha entregar os mapas das faltas referentes á sua escola, aproveitando a ocasião para fazer uma reclamação á Camara, visto a encontrar em sessão.

Sendo auctorizado pela presidencia auctorizado a apresentar verbalmente |³³ a sua reclamação disse que por diversas veses tem reclamado dos pais d'uns garotos que constituem a canalha insubordinada desta vila para que os castiguem obrigando-os a não estorvarem os trabalhos escolares quer das aulas diurnas quer das nocturnas. Porem com não têm sido atendidos os seus pedidos vem perante esta corporação, a quem pertence por lei, os serviços da instrução, pedir sinergicas providencias, afim de acabar de vêz com o estado quasi selvagem em que se encontra a garotada e para não êle professor não continuar a ver-se obrigado a ter de fazer sair os alunos e fechar a aula, por não ser possivel manter-se a disciplina nem ele professor fazer-se ouvir dos respectivos alunos, tal é o barulho que se fáz junto das portas e janelas do edificio escolar._ A Camara deliberou atender a reclamação oficiando-se á Autoridade administrativa deste concelho a comunicar-lhe o caso e solicitando-lhe rapidas providencias atinentes a reprimir estes e outros abusos.

O vereador João Marques deu conhecimento de que por motivo de doença e talvês incuravel do cidadão Teodoro Coelho de Barros, professor oficial da escola do sexo masculino da freguesia do Reguengo Grande está a escola oficial do sexo masculino da mesma freguesia fechada com grave prejuizo dos alunos res- |^{33v} pectivos pois que não existe ali outra escola digo está esta escola fechada ha um mês com grave prejuizo da instrução popular em geral e em especial dos alunos que a frequentavam, visto não existir ali outra escola, pedindo á Camara dê as devidas providencias para que o aludido professor seja submetido a uma junta medica e se esta o julgar impossibilitado permanentemente, que seja o mesmo professor aposentado, nomeando-se desde já professor que interinamente lecione na já referida escola._ A Camara tendo em atenção as ponderações justíssimas que lhe acabam de ser apresentadas pelo vereador João Marques, deliberou requisitar do Inspector Escolar da primeira circunscripção de Lisboa se digne mandar inspecionar o aludido professor, como lhe compete nos termos do numero catorze do artigo quarto do decreto regulamentar de vinte e três d'agosto de mil novecentos e onse, e, no caso de estar o mesmo professor impossibilitado, mais deliberou solicitar do Governo para que ex-officio mande organizar o competente processo de aposentação, nos termos do artigo sexto do decreto numero cento vinte e sete de nove de setembro de mil novecentos e trese.

Ainda deliberou mais pedir ao aludido Inspector nota dos professores que se achem compreendidos nas disposições do decreto |³⁴ numero cento quarenta e seis de vinte e

dois do referido mês de setembro de mil novecentos e treze, com respeito às interinidades deste concelho, afim de nomear um d'elles para regência interina da mesma escola; e, caso não haja, que se proceda como faculta o artigo quinto numero segundo deste mesmo decreto, auctorizando a sua Comissão Executiva a, sem demora, tratar deste assunto.

Acto continuo pelo vereador António Rodrigo de Carvalho, tambem foram pedidas enérgicas e rápidas providencias ácerca do abuso inqualificavel que ha meses vem sido praticado pela professora oficial da escola do sexo masculino da freguesia de Moita dos Ferreiros, estando ausente (por motivo que se atesta) desde maio até trinta e um d'outubro últimos e continuando ainda ausente da freguesia, apesar de ter mandado como da Moita o mapa modelo G referente ao mês de Outubro findo. _ A Camara deliberou por unanimidade requisitar da respectiva junta de Paroquia o informe oficial da ausencia da aludida professora e caso se dê, que seja a mesma demitida do lugar por abandono do mesmo como é determinado pelo artigo dõse do Regulamento disciplinar dos professores primários aprovado pelo decreto numero cento trinta e dois de dose de setembro de mil novecentos e treze, tendo-se previamente cumprido as determinações do artigo vinte e sete |^{34v} do mesmo regulamento.

Em seguida pelo vereador Augusto dos Santos Picão foi proposto que a Camara reconsiderando no assento da sua deliberação d'hontem, resolvendo por maioria extinguir o lugar de guarda campestre deste concelho e consequentemente a anulação do respectivo concurso, delibere dar de nenhum efeito tal deliberação por ter em vista a necessidade que ha para o serviço municipal e de policia do concelho, aprovando a deliberação da sua Comissão Executiva que abriu o concurso para o provimento do cargo de guarda campestre auctorizando a mesma comissão a fazer o competente provimento logo que termine o concurso que se acha aberto.

Pedindo nesta altura licença para se ausentar da sala o vereador João Marques, licença que lhe foi concedida, foi pela presidencia posta á discussão a proposta do vereador Picão, proposta que foi, depois de curta discussão, aprovada pelos vereadores presentes, com excepção do vereador Cordeiro que declarou ter só uma palavra e por isso tendo concordado hontem em aprovar a extinção do lugar por desnecessário não vai hoje aprovar o contrario, visto que não se comprehende que tal lugar hontem não prestasse e hoje já seja bom. É pois de opinião que se aguarde a proxima |³⁵ sessão ordinária para d'aqui até janeiro haver tempo de se estudar bem o assunto e se o lugar fôr imprescindivel que se crie novamente._ Os restantes vereadores presentes não concordando com esta opinião e usando da faculdade que lhe confere o artigo trinta e tres da lei de sete d'agosto de mil novecentos e treze, reconsiderando aprovaram, como já se disse, a proposta do vereador Picão auctorizando a sua Comissão Executiva a fazer a competente nomeação.

O mesmo vereador Picão também propôz que, ainda no corrente ano, fosse reparada, por conta do cofre municipal, a serventia dentro do lugar de Reguengo Grande, de calçada á portuguesa, para cujos reparos será destinada a quantia de sessenta escudos._ A Camara aprovando por unanimidade esta proposta, na qual entrou o vereador João Marques que pouco antes havia retomado o seu lugar, encarregou este vereador a fiscalizar os mesmos trabalhos.

Imediatamente e depois do presidente ter dito se mais algum vereador pretendia fazer uso da palavra, o vereador Cordeiro pedindo esta, disse que havendo actualmente neste concelho, com residência nesta vila dois facultativos e tendo esta Camara por

dever zelar pelos interesses de seus munícipes por isso propunha que fossem os mesmos facultativos |^{35v} obrigados a irem uma vês por semana ás sédes das freguesias deste concelho darem consultas sem mais despesa para os respectivos moradores do que o pagamento d'uma simples visita.

Mas como lhe fosse lembrado que esta sua proposta, aliás muito justa, não póde ser aprovada por importar alteração dos respectivos partidos, importando novo concurso, e devendo os mesmos facultativos serem ouvidos, (artigos cento cincoenta e dois do Codigo Administrativo de mil oitocentos setenta e oito e cento vinte e três e cento vinte e seis do Codigo Administrativo de mil oitocentos noventa seis), o vereador proponente lembrou que fossem consultados os ditos facultativos se estão resolvidos, mediante uma gratificação, a prestarem este importante serviço.

A Camara aceitando a lembrança deliberou por proposta do vereador Bordalo e de harmonia com a doutrina do artigo cento e dezanove do já referido código de mil oitocentos noventa e seis, encarregar a sua Comissão Executiva a designar, de harmonia com os aludidos facultativos, a área em que cada um destes fica obrigado a prestar os seus serviços clínicos, organisando a Comissão o seu relatório que apresentará a esta Camara na próxima sessão ordinária de Janeiro.

Como sobre a deliberação que |³⁶ a Comissão Executiva tomou no interregno da sessão ordinária d'agosto até á presente e cujas actas foram lidas hontem pelo chefe da secretaria, não fosse feita qualquer objecção por parte de algum vereador alem da referente á abertura do concurso para o provimento do lugar de guarda campestre, assunto este que nesta sessão acaba de ser resolvido, e da referente ao desconto feito ao facultativo Dr. Tiago Sales, foram portanto, aprovadas todas as aludidas deliberações incluindo o regulamento interno dos guardas campestres que entra já em vigor com exceção desta; designando, por proposta do presidente, o dia vinte e nove do corrente e com assistência do presidente da Comissão Executiva que o representará nas respectivas praças, para as seguintes arrematações, ouvindo-se como determina o artigo noventa e seis da lei de sete d'agosto de mil novecentos e trese, as juntas de parquia deste concelho com relação á venda de carnes verdes:

- 1.º_ Fornecimento de petroleo, fósforos, torcidas e chaminés e com obrigação de assender os respectivos candieiros, da iluminação publica desta vila no próximo ano de mil novecentos e quinse.
- 2.º_ Eguais fornecimento e obrigação com respeito á iluminação do logar de Reguengo Grande no dito ano.
- 3.º_ Fornecimento, durante o mesmo ano, de carnes verdes de vaca, carneiro e capado para açougue desta vila.
- 4.º_ Rendimento da feira, mercados e |^{36v} e praças desta vila no mencionado ano de mil novecentos e quinse.

Por ultimo o mesmo presidente propôs a bem dos interesses deste concelho e a Camara aprovou que se officie a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, solicitando para o **restabelecimento do caminho de ferro na linha de Leste – Lisbôa á Figueira – que antes da conflagração Europeia, passava a Torres Vedras pelas quinse horas.**

Como não houvesse mais assunto algum a tratar nesta sessão ordinária o presidente encerrou a sessão em nome da lei e deu por terminada a sessão ordinária do presente trimestre.

De tudo para constar se lavrou esta acta que vai ser, depois de lida, devidamente assinada, declarando-se em tempo que o vereador José do Nascimento quando o

vereador João Marques pediu para que o professor Barros fosse submetido a uma junta medica observára que tal deliberação não podia ter seguimento, pois que o aludido vereador se acha de licença por doença, concedida pela Comissão; mas como fosse informado de que tal licença já havia terminado, concordou em absoluto com a proposta do vereador João Marques. E eu José do Nascimento Neves, secretário, a subscrevi, e ressalvo as entrelinhas – “e da referente ao desconto feito ao facultativo, Dr. |³⁷ Tiago Sales”- e –“com excepção desta.”

Alfredo Manuel Candeias

António Rodrigo de Carvalho

Augusto dos Santos Picão

João Maria da Silva Marques

Joaquim José Bordallo

José da Silva Henriques Cordeiro

José Narciso

Joaquim Correia Caldeira

Pedro Marques de Carvalho

José do Nascimento Neves